



DEMOCRACIA, LIBERDADE E JUSTIÇA

“2018 será um daqueles anos decisivos para o futuro do Brasil. Nele se condensará décadas de qual modelo de nação seremos: uma nação a serviço de toda a coletividade e aberta solidariamente para todas as nações, especialmente da América Latina e África. Ou nos contentaremos com a pilhagem de nossas riquezas naturais, humanas e culturais.”
(Extraída da Circular do Secretário Executivo da Comissão Brasileira Justiça e Paz, em 20 de dezembro de 2018)

Às vésperas de celebrar os 30 anos da promulgação da Constituição Federal, a Comissão Brasileira Justiça e Paz – CBJP – sente-se no dever de manifestar sua preocupação com a adoção de medidas que afrontam o espírito da Carta Cidadã, que foi construída pelo povo brasileiro, com muita luta e compromisso.

O histórico processo constituinte mobilizou toda a sociedade e determinou o regime democrático como modelo de governo e forma de gestão. O fim do regime militar e a volta das eleições diretas foram determinantes para o estabelecimento do pacto constitucional.

Hoje assistimos o atual governo, sem legitimidade, adotar medidas neoliberais, reduzindo drasticamente a capacidade de investimento do Estado, transferindo patrimônio econômico e riquezas naturais para as empresas estrangeiras e extinguindo direitos adquiridos da classe trabalhadora. Isso tudo fere o espírito da Carta Cidadã e está sendo feito com a ajuda do poder legislativo e a complacência do judiciário.

Pela 8ª vez desde a redemocratização do país, o povo brasileiro irá às urnas em 2018 para escolher o programa de governo e os responsáveis pela sua execução.

No entanto, ventos ameaçadores sopram na direção da nossa golpeada democracia. Num clima de falta de confiança e grave instabilidade econômica e política, os institutos de pesquisa de opinião apontam baixíssimo índice de aprovação do atual governo, que poderia, no seu desespero e no afã de concluir a liquidação do patrimônio nacional e dos direitos sociais, frustrar a convocação das eleições gerais.

Com semelhante gravidade, outra ameaça vem contribuindo para o descrédito da nossa democracia: a possibilidade de um julgamento político do ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e o consequente impedimento de que ele concorra às eleições.



Comissão Brasileira Justiça e Paz

Vinculada à Comissão Pontifícia
Justiça e Paz - Roma
Relacionada com a Conferência
Nacional dos Bispos do Brasil



Programa Justiça Econômica

A sentença que condenou o presidente a 9 anos e meio de prisão sem provas cabais deve ser reformada para que o país não pratique e dissemine por todo o território barbáries judiciais.

Considerar a hipótese de impedir o ex-presidente da república, que deixou o governo com o maior índice de aprovação da história e é apontado nas pesquisas de opinião como o candidato que tem o dobro de preferência em relação ao segundo possível concorrente às eleições presidenciais, fere de morte o direito soberano da população de escolher o seu governante e o programa de governo.

Queremos, na confiança e esperança, repetir as palavras de Isaías nos versículos 16 e 17 do capítulo 32:

*“O direito vai morar no que é deserto, A justiça tomará assento no bosque. E o fruto da justiça será a paz.
A prática da justiça resultará em tranquilidade e segurança duradouras”.*

Brasília, 23 de janeiro de 2018

Carlos Moura
Secretário-Executivo
Comissão Brasileira Justiça e Paz